***KTEMA ES AIEI,* E A ‘PROLIXIDADE DO SILÊNCIO’¹ TUCIDIDEANO NO SÉCULO XX**

Francisco Murari Pires

Cada qual ainda encontrou nos antigos aquilo que precisava ou desejava; sobretudo a si mesmo

Friedrich Schlegel

1. APRESENTAÇÃO

Ktema es aiei: um bem precioso, uma aquisição valiosa, de utilidade permanente, porque sempre atual. Assim Tucídides estima por qual valia ele concebera a finalidade de sua obra. Sua proclamação é bem conhecida: “Para um auditório, talvez, a falta do mítico nos fatos parecerá menos agradável. Mas, a quantos desejarem observar com clareza os acontecimentos ocorridos, e também os futuros que então novamente, em conformidade com o que é humano, ocorrerão semelhantes ou análogos, julgarem tais coisas úteis, será o bastante. Constituem um bem perene (*ktema es aiei*), antes do que uma peça para um auditório ocasional” (I.22.4)

Todavia, tal proclamação que projeta sua história como *ktema es aiei*, bem precioso para a humanidade enquanto instância de saber histórico, suscitou, no âmbito da tradição ocidental do pensamento historiográfico de crítica exegetica, uma série de perplexidades e divergências polêmicas, a apontar os aspectos antes enigmáticos da mesma, precisamente na medida em que assim se acusavam seus silêncios elípticos. O que teria Tucídides querido dizer mais precisamente quando aludia a uma tal persistência imutável da natureza humana ao longo da história? A história dos homens se repete? Conforma-se sua evolução por algum padrão cíclico? Os acontecimentos históricos podem ser previstos? O sa-

Francisco Murari Pires. FFLCH - Universidade de São Paulo.

ber clarividente que a história tucidideana proclama ter alcançado pela observação da guerra do Peloponeso poderia projetar sua validade sobre toda a história humana, pondo à disposição dos homens futuros as lições e diretrizes que lhes permitissem corrigir, no presente de sua evolução histórica, os erros do passado lá acusados? Ou, antes, Tucídides estaria assim oracularmente antecipando a persistência reiterante dos mesmos erros por toda a história humana, feita por homens de natureza incorrigível, como o sugere René de Chateaubriand numa passagem do *Gênio do Cristianismo*: “Tucídides retratou com severidade os males causados pelas dissensões políticas, deixando à posteridade exemplos jamais aproveitados” (Livro III, cap. 2)? A convicção, e o orgulho, do saber histórico tucidideano refletiria um otimismo esperançoso quanto à melhoria da natureza humana ou, pelo contrário, antes acusaria um pessimismo amargurado, dela desiludido e descrente? Seria Tucídides um historiador de parâmetros científicos ou antes um escritor de dons artísticos? Seria um cientista político afeito a um realismo pragmático ou, pelo contrário, um historiador de sapiência moralista?

A todas estas interrogações, bem como a outras que lhe são conexas, a obra de Tucídides não responde, a não ser negativamente, pelas indeterminações dos silêncios de sua escrita. Mas estes silêncios somos nós, leitores de Tucídides, que os acusamos no texto, nele projetando as perplexidades por que nossa (in)compreensão se diz (in)satisfeita. Somos nós, leitores pós-tucidideanos, que conscientizamos os assim supostos vazios textuais do discurso de Tucídides que teriam silenciado aqueles informes mais outras considerações que, supostamente, melhor preencheriam ou plenificariam seus sentidos. As indagações que então pretendam tornar plenas as respostas deixadas no vazio pelo texto de Tucídides devem lhe emprestar suas próprias vozes, atualizadas em outros tempos e supondo outras histórias, que assim tencionem ecoar a fala tucidideana.

A história desses ecoamentos atualizadores que apreciam o sentido e o alcance do *ktema*, do tesouro historiográfico tucidideano, estende-se já por mais de dois milênios, numa sucessão de múltiplas vozes, que assim buscam responder à prolixidade do silêncio original. A grosso modo, pode-se distinguir os seguintes momentos desse encadeamento histórico:

1. A retoricização da história de Tucídides em tempos romanos (por Cícero e especialmente Dioniso de Halicarnasso, além de Plutarco e Luciano);

2. O resgate renascentista, que projeta o vigor da *história magistra*

vitae pelo tempo dos humanistas, entre meados do século XV a meados do XVII, englobando de Leonardo Bruni e Lorenzo Valla a Jean Bodin e Thomas Hobbes;

3. Os questionamentos suscitados pela *Querelle des Anciens et des Modernes* ou pela correspondente *The Battle of the Books* de meados do XVII a meados do XVIII;

4. A evolução que transita do regime antigo de historicidade para o moderno (Hartog, 1995 e 1996) pela segunda metade do XVIII a inícios do XIX, indo desde David Hume e Jean-Jacques Rousseau a Pierre-Charles Levesque e François-Auguste-René de Chateaubriand;

5. O enveredamento pela via da identidade científica a partir do resgate tucidideano operado nos tempos inaugurais da Universidade de Berlim, por Georg Barthold Niebuhr e especialmente por Leopold von Ranke, vindo a alcançar quer as reflexões de Fustel de Coulanges (e também o famigerado manual de Langlois e Seignobos), por fins do mesmo século XIX, quer as de Eduard Meyer ou de John Bury, já por inícios do XX;

6. Por fim, as reversões polêmicas com que a memória de Tucídides adentra e atravessa o século XX, conhecendo uma crise em especial pelos anos da Guerra Fria e dando lugar aos ensejos do pós-modernismo, para então alcançar sua mais recente leitura pela ótica da informatização virtual, já na década final do século XX, sob os auspícios de um de seus mais recentes intérpretes, Gregory Crane, mentor do projeto *Perseus* da Tufts University, e autor the *Blinded Eye*.

2. ENTRE CIÊNCIA E/OU ARTE

No percurso milenar desse movimento de memorização da história tucidideana, sedimenta-se a estratigrafia hermenêutica por que ela foi apreciada no horizonte da tradição ocidental do pensamento historiográfico. Em seu estrato último, mais recente, a polaridade entre Ciência e/ou Arte, Ciência mais/contra Arte, configura o nexos reflexivo primeiro que ordena os horizontes modernos da historiografia tucidideana, todavia vindos do século XIX.

No desdobramento dessa reflexão, por um bom tempo, entre os séculos XIX a inícios do XX, a obra de Tucídides valeu, a nós modernos, por seu vislumbre epistemológico: projeto, mesmo que milenarmente antecipado, de uma Ciência da História. Na História tucidideana então reconhecíamos nossos princípios e preceitos de cientificidade historiográfica. O primado, incondicional e irrestrito, quase obsessivo, de afir-

mar a verdade dos fatos, alcançados em sua singularidade unívoca de acontecimentos cronologicamente ordenados. O espírito de crítica conformado em método analítico de comprovação (por apuração e depuração) de veracidade dos relatos e informes históricos, pautando-se pelos melhores padrões de rigor e exatidão de uma práxis que almeja à objetividade de sua escrita. A hermenêutica imantada por uma tese de causalidade imanente da história, a alijar dela as erranças de qualquer metafísica. A epistemologia fundamentada em um ideal de objetividade, a evitar os desvios de qualquer ideologia, de modo a que os fatos mesmos revelassem sua história. E, consideradas particularmente as constâncias e persistências dos modos das ações e dos comportamentos da natureza humana apontados pelo próprio Tucídides, até mesmo uma História com aspirações a, talvez, alcançar a formulação de leis gerais dos fenômenos históricos. Tucídides, pois, “o primeiro Historiador moderno, científico”.

Uma voz, todavia, soou dissonante em meio à sinfonia do coro da hermenêutica “positivista”, especialmente zelosa da cientificidade tucidideana: em 1907, Francis MacDonald Cornford publica *Thucydides Mythistoricus*.

Integrante do grupo que se convencionou denominar *Ritualistas de Cambridge*, ao lado de Gilbert Murray e sob a liderança de Jane Harrison, Cornford, reagindo contra a tradição hegemônica que percebia o helenismo clássico como a realização primorosa da razão humana na Antiguidade (de que Tucídides era saudado como um dos arautos modelares), direcionou a dissociação dos ditames da cientificidade justo para o seu polo reverso: destacar, também em Tucídides, a força da presença dos elementos míticos do pensamento humano, antes afeitos às práticas rituais das origens da história da humanidade, equacionadoras dos ímpetos e emoções coletivas mais elementares e primevas dos homens, quer religiosas quer mesmo irracionais. “Escolher, nestas condições, a fina flor do racionalismo grego, é estratégia feliz”, sentenciou primorosamente François Hartog (1982, p. 29-30).

Sob a superfície apolínea da hermenêutica cientificista do texto tucidideano, a leitura de Cornford escavava o fundo dionisíaco, de viés mítico e trágico². A história tucidideana remetia, pois, não ao científico, mas antes ao mítico, realidade justamente estigmatizada pelo título “provocativo”³ com que Cornford sintetizava sua tese: *Thucydides Mythistoricus*.

Tucídides descaía, para uns, ou se elevava, para outros, dos lados da ciência para os da arte, especialmente a dramática. Dualidade hermenêutica pendular de velha herança. A mirada por que se deveria focar a inteligibilidade histórica da obra de Tucídides era, assim, revertida de

sua miragem futurista moderna vigente entre os séculos XIX a XX, imbuída de aspirações científicas, para suas heranças passadas, arcaicas, de fundos mitológicos. Volta de Tucídides aos princípios da História.

A crítica primeira, mais modesta, que John Bury dirige a Cornford já em 1909, dá lugar, vinte anos depois, em 1929, à de Charles Norris Cochrane, de maior fôlego e amplitude. Com Cochrane, de novo se consolida a fama da modernidade tucidideana, resgatando-se uma vez mais sua cientificidade, agora melhor fundamentada historicamente pela identificação de seus modelos epistemológicos norteadores. A filosofia atomista do século V a.C. já conscientizara uma noção de causalidade imane para a natureza e, pois, também para a história humana, alijando de sua narrativa os desvios metafísicos. A medicina hipocrática, por seus princípios indutivos, provera o paradigma metodológico, a ser empregue também para o estudo histórico dos males comportamentais da sociedade humana. Haurindo inspiração das ciências da natureza dele contemporâneas, Tucídides assimilava o historiador ao médico: a observação metodicamente atenta e precisa dos fatos ocorridos, como no acompanhamento da evolução dos fenômenos patológicos, ensinaria disponibilizar, especialmente para os dirigentes governamentais a quem Tucídides supostamente dirigira sua história, as regras de diagnósticos e prognósticos por que se projetariam os remédios da cura do corpo social da polis (Stahl, 1966). A história tucidideana comporia, pois, uma espécie de manual ou receituário de “medicina política”. Revertendo os termos da denúncia de Cornford, Cochrane retomava para a história a consideração do contraponto científico moderno, darwiniano, assim apreciado em conformidade com seu avatar histórico antigo, hipocrático: “Tucídides estava para Hipócrates assim como os historiadores modernos estão para Darwin” (Hartog, 1982, p. 29-30).⁴

Entrementes, por essas três primeiras décadas do século XX, era a própria epistemologia da ciência que entrara em crise, drasticamente reformulando seus padrões de cientificidade, especialmente no tocante à categoria da objetividade. A concepção da objetividade científica perdia os delineamentos de sua primeira formulação, supostamente mais inocente e ingênua, a qual postulava o reclamo da eliminação da figura do sujeito, a neutralização da ingerência de suas intervenções subjetivas. Agora se conscientizava que a objetividade resultava por produto da atuação da arte crítica do historiador.

A obra decisiva para a modernização da consciência científica da hermenêutica tucidideana é certamente a de Jacqueline de Romilly. Primeiro, mas não tanto por seu estudo inicial – *Thucydide et l'Imperialisme*

Athénien, 1947 –, que divide com o de John Finley Jr., *The Unity of Thucydides History*, de 1940 – as glórias de desviar a leitura de Tucídides da via hermenêutica da velha “*questão tucidideana*”, herdada do século XIX e atravancada por gravames de reclamos exegéticos, por que se debati- am unitários contra analíticos.⁵

Especialmente valiosa foi a segunda obra de Jacqueline de Romilly, *Histoire et Raison chez Thucydide*, publicada em 1956. Uma outra consciência epistemológica da objetividade histórica ensejou a reorien- tação da leitura, de modo a renovar a apreciação da historiografia tuci- dideana. Certamente que permanecem, para o historiador, os mesmos zelos do espírito ético virtuoso de antes, por disposições de honestida- de, imparcialidade, rigor, e crítica. Já a idéia de fato histórico, portador de objetividade, mudou radicalmente. Seu conhecimento não reclama mais, como o supunha a epistemologia agora antiquada, a anulação do sujeito por imperativos de abstenção intervencionista na reconstituição dos acontecimentos históricos, de que a narrativa de sua história deveria ser antes o reflexo especular da realidade mesma. Pelo contrário, a nova epistemologia reconhece que o fato histórico é produto da “arte excep- cional” do historiador, criativa por excelência. A exposição narrativa do fato traz consigo a marca pessoal da ótica de seu autor: é a modalidade de seu pensamento que, por uma criteriosidade própria de relevância se- letiva de aspectos, conforma a inteligibilidade interpretativa dos aconte- cimentos. Assim, em Tucídides especialmente, sustenta de Romilly, se revela “o papel ativo e construtor desempenhado pelo historiador na ela- boração da história” (1956, p. 10).

Mas arte, para Romilly, é arte da *ciência*, no que a ciência exerce inteligência criativa, sobremaneira “lúcida e clarividente”, pela qual des- venda a inteligibilidade racional dos fatos. “Nada guiou Tucídides que não sua inteligência, nada lhe serviu de critério que sua razão” (Romi- lly, 1956, p. 12-13). Uma arte científica, metódica, estruturada por prin- cípios e sistemas de análise e interpretação. Renovada, pois, a epistemo- logia, a inclusive revirar a consciência da objetividade por que o fato his- tórico é apreciado como produto criativo da arte pensante do historia- dor, antes do que de sua inativação abstencionista por relato passivo, a fama do ateniense permanece incólume: como sempre, Tucídides é mo- delo de excelência objetiva, fosse para Ranke, nos inícios do século XIX, seja para Romilly, por meados do XX, apesar de ambos guiarem seus juízos por paradigmas opostos de apreciação. Agora, com Jacqueline de Romilly, os reflexos da modernidade historiográfica de Tucídides acom- panhavam os novos passos epistemológicos das ciências humanas⁶.

Na esteira dessa renovação epistemológica, questionou-se igualmente o entendimento utilitarista da ciência tucidideana, pelo qual se projetava na aquisição valiosa de sua historiografia uma finalidade até mesmo pragmática por que os homens poderiam, instruídos por seus ensinamentos, consertar os desvios errôneos da história que tendem a se repetir no futuro. Pelas décadas de 1950 a 1980, três autores balizam essa reação: novamente Jacqueline de Romilly, mais Hans-Peter Stahl e, por fim, Adam Parry.

Num ensaio composto no mesmo ano da publicação de *Histoire et Raison chez Thucydide*, 1956, em que justamente desdobrava as reflexões lá inauguradas, Jacqueline de Romilly fora enfática no desencorajar quaisquer devaneios de uma História tucidideana imbuída de ambições utilitaristas e pragmáticas: “Antes de tudo, preliminarmente, duas idéias devem ser descartadas, as quais de modo algum correspondem ao programa de Tucídides: tratam-se da previsão do futuro e da utilidade prática. Tucídides não menciona nem uma nem outra. Certamente que ele fala em utilidade, mas de uma utilidade apenas referida ao domínio do conhecimento; ele fala também de acontecimentos vindouros, mas trata-se apenas de compreendê-los após terem passado” (1956B, p. 41).

Ao que sugerem os arrazoamentos de sua análise, uma tal hermenêutica, que projetara na obra tucididiana as aspirações de uma história de alcance previsivo dos acontecimentos por apuração das leis reveladoras das constâncias e reiterações do agir humano, equivocara-se de historiografia, pois confundira Tucídides por Políbio. Era neste último que se encontrava um tal projeto historiográfico.

Na apreensão dos fatos históricos, certamente que Tucídides consagrava justo o aporte da generalidade, neles destacando “por todos os meios, o elemento suscetível de se repetir, a relacioná-los com outras épocas” (1956B, p. 49). A verdade que a narração dos fatos alcança corresponde à ordem de inteligibilidade que Tucídides neles conceitualmente abstraía, rigorosamente discernindo seus encadeamentos e razões determinantes, assim já depuradas de suas singularidades mais concretas apenas circunstanciais. A narrativa dos fatos históricos por Tucídides, sentenciava Jacqueline de Romilly, supõe “uma recusa do particular”, que o leva a aparar e descartar os detalhes que embaraçam sua compreensão. Por essa concepção narrativa da factualidade histórica, operada basicamente por procedimentos de “simplificação e análise”, de modo a eliminar dos acontecimentos suas particularidades irrelevantes, retendo antes apenas as noções gerais que os dotam de significado, a história tucidideana rescendia a foros de um saber universalizante.

Que da aspiração a uma história de saber universalizante se descaísse pelo desentendimento de um seu alcance previsivo era plenamente compreensível, pois, pondera de Romilly, “da idéia do geral às tentações da previsão não há mais do que um passo” (1956B, p. 48). Conjunção de desvios hermenêuticos que semeara em terreno histórico fértil, finaliza Jacqueline de Romilly, apontando, apenas por rápidas alusões, vislumbres daquela época de duas Guerras Mundiais, lembrada agora nos anos de rescaldo da Segunda (1956)⁷.

Já Hans-Peter Stahl compôs uma hermenêutica da historiografia tucídideana que não só contestou as teses da teleologia utilitarista-pragmática, como ainda reverteu seus fundamentos. Acreditara-se que a história tucídideana projetasse um saber que, fundado na experiência histórica da *Guerra dos peloponésios e atenienses*, fosse dotado de capacidade previsiva, de modo a antecipar, e talvez mesmo direcionar, o suceder histórico futuro. Pela leitura de Stahl ela revela-se, pelo contrário, uma teleologia ao inverso, em que é antes o tempo final do desfecho dos acontecimentos que instrui a experiência de seu desencadeamento passado. É o conhecimento dos resultados dos acontecimentos já encerrados que propicia orientar uma sua narração retrospectiva, de modo a, por esse vislumbre consciente de seu desfecho, expor a conjugação de fatores que assim direcionaram sua efetivação resultante. A inteligibilidade da narração historiográfica tucídideana é da ordem de uma etiologia teleológica.

Que lição histórica essa teleologia retrospectiva da narração tucídideana então nos ensina a respeito da história humana, dos modos e situações que circunscrevem as ações dos homens no mundo? Justo o contrário das esperanças de uma história humana de alcance previsivo. Certamente que os homens deliberam e planejam racionalmente as decisões de seus atos, pelo que almejam direcionar sua efetivação conforme a suas aspirações e interesses. Todavia, o jogo da determinação dos acontecimentos históricos, pelo que revela a narração tucídideana da experiência da *Guerra dos peloponésios e atenienses*, escapa ao controle desses planejamentos humanos, ou porque por golpes de sorte advêm sucessos inesperados ou porque, pelo contrário, adversidades frustram suas esperanças, assim desviando o desdobramento dos acontecimentos para rumos outros que aqueles originariamente ambicionados pelos homens. A dinâmica dos fatores irracionais objetivos, sejam paixões incontrolláveis sejam acasos imprevisíveis, inviabiliza as pretensões do comando da história pelos cálculos da razão humana.

Por fim, Adam Parry desfechou renovada catilinária contra a hermenêutica da teleologia utilitarista da história tucídideana. Como já o

lembrara também Stahl, aquela tese ancorava-se em falsos fundamentos de uma tautologia viciosa, pois firmava a idéia da utilidade da obra por uma tradução e interpretação equivocada dos conceitos tucidideanos, já que contaminadas por suas acepções modernas. O *ophélimon* do texto grego antigo não comporta a implicação de utilidade pragmática que lhe fora sobreposta indutivamente pelas traduções. Desde as críticas de Kapp à obra de Schadewaldt, aponta Parry, já se conscientizara (mas, também, esquecera) que o *ophélimon* vislumbrado pela história tucidideana consistia da percepção clarividente dos acontecimentos históricos que a narrativa decantava como saber. À ciência dessa visão clara, pois, reduzia-se, e encerrava-se, toda a utilidade da obra, estritamente intelectual, assim finalizada como pura cognição. A história tucidideana alçava sua valia como obra *contemplativa*, entende Parry: o saber completa-se em si mesmo, antes do que se finaliza pela ação política do presente, quer aquela mais imediata, que fosse solicitada pela vivência contemporânea de Tucídides, quer aquelas mais remotas, vindouras, que fossem vislumbradas telescopicamente para o porvir humano. Dissociação do fim (*télos*) epistemológico do saber historiográfico em relação aos apelos contingenciais da práxis humana que era similar ao distanciamento assumido pelo historiador como seu princípio metodológico, viabilizado plenamente pela isenção dos compromissos e comprometimentos imbricados pela participação político-militar nos destinos de uma determinada pólis, a ensinar-lhe, conseqüentemente, uma perspectiva imparcial. A autonomia da história corresponde à independência do historiador.

Certamente que este conhecimento histórico dizia respeito aos modos da natureza humana, por suas constâncias e reiterações históricas, especialmente seus sofrimentos, males e misérias. Tal postulado acerca da natureza humana pode então fazer a história confinar com a perspectiva da ciência médica contemporânea de Tucídides, que justamente imbricava o corolário utilitarista das aspirações de cura a que a sua prática finalizava. Entretanto, tal saber acerca da natureza humana delineia-se também como consciência trágica, igualmente contemporânea de Tucídides, pois sistematicamente exposta no teatro de Atenas em atualizações dramáticas. O fim, portanto, assim almejado, valeria já e plenamente pela fruição prazerosa adstrita, para os humanos, à constituição do saber.

A hermenêutica da historiografia tucidideana oscilava fortemente agora, pela década de 1970, sua apreciação para os lados do cenário artístico de sua identidade, livrando-se do fardo da roupagem científica moderna que atravancara seus movimentos desde o século XIX.

Por outras sendas, algo mais enviesadas, desviaram outros críticos tucidideanos, especialmente na América das décadas de 1960 e 1970. Pelas lembranças memorizadas por W. Robert Connor⁸, a guerra Fria situa o princípio de tudo, o qual articula os nexos de uma dada atmosfera de imaginário político e ideológico com as imbricações epistemológicas de uma tradição académica de pensamento historiográfico.

Pelo imaginário americano da (primeira) guerra Fria, o mundo do pós-guerra bipolarizara-se, opondo “o mundo livre”, Estados Unidos da América à frente por glórias democráticas mais “poderio bélico de domínio naval e aéreo”, contra “as potências continentais anti-democráticas”, União Soviética e China mais respectivas redes de satélites, com “planos coordenados de conquista mundial” (Connor, 1984, p. 3). O paralelo histórico com os cenários helênicos antigos da guerra do Peloponeso parecia evidente aos americanos, que justamente assim se identificavam com Atenas que, sustentada por suas forças navais, defendera a democracia contra o totalitarismo representado pelo poder terrestre de Esparta, papel a que relegavam a identificação dos inimigos. Recomendada inclusive por chancelas de porta-vozes oficiais do governo – o Secretário de Estado George Marshall em 1947 e Louis Halle da equipe de planeamento político do Departamento de Estado em 1952, mais a tese de doutorado de Henry Kissinger (1954)⁹ –, a leitura de Tucídides, que historiara o saber daquele precedente histórico, ganhava atualidade, com esperanças de que se pudesse nele certamente encontrar as luzes históricas por que os americanos guiarão seus passos na política internacional.

Pelo paradigma epistemológico, também historiográfico por mimese em relação aos domínios das ciências exatas, vigiam as heranças da tradição “positivista”. “O observador objetivo e impassível, que cuidadosamente recolhia e expunha os fatos acerca de um fenómeno, poderia induzir – ou viabilizar para outros a indução de – leis gerais. O historiador não estava longe do cientista, desde que, como Tucídides, estivesse disposto a desvincular-se de qualquer envolvimento pessoal acerca dos eventos por ele descritos. Disto resultaria um relato frio e objetivo, cuidadosamente excluindo parcialidades e emoções, assim conduzindo no fim a verdades de aplicação geral” (Connor, 1984, p. 5).

Prolongava-se, pois, a leitura ainda modernista, “uma em que o almirante Zumwalt acusava a vitalidade em Henry Kissinger e em sua alegada identificação de Atenas com a América, de Esparta com a U.R.S.S.” (Connor, 1984, p. 290) Assim catalisada pela atmosfera tensionada daquele período, a reverberar suas angústias também pelo mundo intelectual e académico, condensavam-se inquietações epistemológicas tanto

da historiografia quanto da crítica literária: “numa época”, relembra Connor, “de Guerra Fria e ameaças de Guerra Atômica, polarizada por suspeitas e tensões sempre crescentes, desejávamos o Tucídides que descobrimos. Para um mundo que vivia antecipadamente um holocausto nuclear, um Tucídides que vivesse por entre os acontecimentos contemporâneos e os relatasse exatamente e com distanciamento, ao mesmo tempo preservando a sanidade de sua mente e a clareza de sua visão, era verdadeiramente um *ktema es aiei*” (Connor, 1984, p. 291). A imagem do historiador antigo, assim preservada pela leitura, resolvia mimeticamente as angústias do leitor, seu congênere ainda imerso no legado da modernidade: “Aquela leitura de Tucídides era plena de sentido em tais circunstâncias. Ainda, sustentava-se também pelos modos vigentes de crítica literária. O nosso Tucídides era totalmente modernista. Ele era um observador isento, impassível, distante. Sua variedade de ironia era precisamente a que então gozava de favor crítico, uma ironia de distanciamento estético. Tucídides fizera o que pensávamos que um grande escritor deveria fazer, selecionando e destacando para a contemplação do leitor as duras lições tiradas com precisão da experiência. Assim podíamos, talvez ainda a um nível bem rudimentar, reconciliar o historiador com o artista, pois o distanciamento e a objetividade que acreditávamos serem metas possíveis e desejáveis para o historiador resultavam da isenção que a ironia artística poderia alcançar” (Connor, 1984, p. 291).

A crise, entretanto, adveio de ambos os lados, quer pelo imaginário ideológico quer pelo paradigma epistemológico. A nova consciência epistemológica da escrita da história, em especial imantada pela ou falência ou redimensionamento da questão da objetividade, firmara-se academicamente. Naqueles tempos da Guerra Fria na América a ensejar releituras de Tucídides, com a viragem da onda acadêmica, soçobrou o modelo tucidideano, tido antes por instância primorosamente exemplar de narração historiográfica. Ruía a autoridade do célebre ateniense com o despertar do sonho da ilusão positivista e o consequente descrédito da miragem do historiador objetivo, assim afamado “a la Ranke”¹⁰. Terminava a secular história do “pesquisador objetivo e imparcial”. A hermenêutica positivista se enganara ao supor que Tucídides manietara os modos de sua subjetividade autoral, assim sacrificada à imperiosa narração dos acontecimentos históricos “wie es eigentlich gewesen”. “O novo Tucídides começava a emergir” (Connor, 1984, p. 289), aparecendo agora por figuração reversa de sua imagem: “o manipulador perversamente habilidoso, que conscientemente distorce os fatos, e assim intencionalmente engana seus leitores” (Rawlings III, 1981, p. 266).

A imparcialidade e isenção do historiador, agora sob suspeita e logo submetida a inquérito, fora incriminada pela crítica. “Tucídides era culpado”¹¹, sentenciou Mabel Lang em um encadeamento de ensaios processuais a que submeteu a narrativa tucidideana pela década de 1960. A composição de sua obra distorcera o conhecimento da história da Guerra do Peloponeso. Pelo que a argúcia crítica de Mabel Lang desandou a corrigir Tucídides, consertando os fatos que ele supostamente errara.

Na esteira de Mabel Lang, Virginia Hunter. A reflexão aprimorase, amplia os horizontes da crítica, decididamente buscando, algo na linha de análise de Jacqueline de Romilly, discernir os padrões e estruturas recorrentes de pensamento histórico do autor, sua “quase que qualidade arquitetônica”, os quais tecem os nexos entre os acontecimentos narrados. Ressurge, mais vigorosa, a imagem artística de Tucídides, cuja arte compositiva domina recursos intrincados de sutileza, por que induz uma “persuasão subliminar” de objetividade: os leitores são apresados nas malhas da rede narrativa (Connor, 1984, p. 292). Então, pela apreciação da arte, a fama de Tucídides é novamente resgatada, salva, do abismo a que a inquisição crítica iniciara a condenação do prestígio do historiador. Aos olhos de uma percepção crítica assim renovada, o que eram “as deficiências e fraquezas historiográficas” revelavam-se, agora, as “virtudes e méritos da arte literária”. “Há uma espécie de alquimia crítica atuando aqui”, diz Connor: “as falhas vulgares do historiador tornam-se a nobreza dourada do artista” (1984, p. 292).

Associado ao resgate do artista que deslocava a figura do historiador, abria-se o descortino das realidades emotivas do autor e do *páthos* de sua história, cujas percepções se encontravam antes sufocadas sob o peso de uma suposta autoria imbuída de distanciamento e impassível serenidade, e mesmo frieza objetiva, justamente porque tolhida pelos ditames da cientificidade. “Víamos um Tucídides Olímpico”, lembra Connor (1984, p. 290), que contemplava, da elevação de sua distância superior, as vicissitudes exemplares das guerras em que os mortais se enfrentavam. Então, em 1973, com *Thucydides the Artful Reporter* de Virginia Hunter, resultou uma percepção histórica de Tucídides que ganhava nova vida, uma vez apreendida sua natureza de artista: “um escritor intensamente apaixonado e engajado... um Tucídides pós-moderno, um escritor de emoções intensas e complexas com uma determinação de transmitir essas emoções para seus leitores... um escritor que carrega sua linguagem por sentimentos e vigor antes do que a esvazia de emoções e envolvimento” (Connor, 1984, p. 290-1).

Essa viragem epistemológica viera acompanhada por uma mudan-

ça geracional, dissociando jovens das décadas de 1960 e 1970 contra velhos classicistas, *mutatis mutandi*.

Com o desdobramento das tensões da Guerra Fria, especialmente aflitivas para a América da Guerra do Vietnã, aprofundou-se a crise, a agora por em dúvida, ou mesmo desrecomendar, a ética da postura de neutralidade, aliás impossível porque antes ingênua: “Dúvidas acerca do valor ou mesmo da possibilidade de uma neutralidade individual e institucional vieram impetuosamente à tona com a Guerra do Vietnã e podem ter encorajado um reexame de algumas das premissas da antiga tradição acadêmica tucidideana. Uma sofisticação crescente da parte dos historiadores acerca da natureza literária e das implicações morais de seu ofício podem ter dificultado a aceitação acrítica dos velhos clichês acerca do *deixar os fatos falarem por si*, da *valia da objetividade*, e da escrita *wie es eigentlich gewesen*” (Connor, 1984, p. 289). Em consonância com tais inquietações, um deslocamento do foco da (re)leitura, a iluminar agora antes o Tucídides moralista, do que o, redutoramente, apenas político de outrora.

O Tucídides pós-moderno emergira à superfície da consciência epistemológica da América jovem dos anos 60 e 70.

Dos anos 1950, quando das primeiras leituras, ainda estudantis, a 1984, em que publicou seu estudo sobre Tucídides, W. Robert Connor vivenciou três décadas de evolução da Guerra Fria na América, assimilando as renovações ditadas tanto pelas crises, ou ideológicas ou epistemológicas, que agitaram sua geração, quanto pelas lições e quais outras diretrizes que fossem suscitadas pela releitura do célebre historiador ateniense, o qual, tendo passado por um período análogo de experiências ao longo dos vinte e sete anos da guerra do Peloponeso, pudesse consequentemente tê-las projetado em sua História.

Um centelha da Guerra do Vietnã, veiculada por reportagem jornalística no *New Yorker* de 9 de março de 1968, incendiou a crise epistemológica de Robert Connor, alcançando-o lá na América no momento em que os conflitos atingiam o auge, levando ao paroxismo as tensões e angústias vividas quotidianamente pelos americanos. O episódio é assim (re)memorado por Connor, dezesseis anos depois, na Introdução de seu livro sobre Tucídides:

Foi sobretudo a dilaceradora experiência da Guerra do Vietnã que me levou a reconsiderar as Histórias. Há tempos eu vinha me debatendo com as tensões entre isenção e envolvimento, otimismo e pessimismo, moralidade e poder em Tucídides, ficando cada vez mais

intrigado acerca do modo por que o texto operava. Posso precisar bem o momento em que comecei a pensar a respeito de Tucídides de um modo novo. No meio da Guerra do Vietnam, quando parecia impossível pensar em qualquer outra coisa, lembro-me de ler um ensaio no *New Yorker* sobre a destruição do Vietnam. O artigo datava de 9 de março de 1968 – o ápice mesmo do conflito. Quinhentos e quarenta e dois soldados americanos tinham sido mortos na semana anterior; no dia seguinte os jornais relatavam a requisição feita pelo general Westmoreland de 206.000 combatentes a juntarem-se ao exército americano lá destacado de 510.000. O ensaio, por Jonathan Schell, começava: “Este artigo trata do que está acontecendo no Vietnam – ao povo e à terra – em decorrência da presença militar americana. Não discutirei os desdobramentos morais dessa presença. Tentarei simplesmente expor o que eu vi e ouvi em primeira mão durante as várias semanas que eu passei com nossas tropas no Vietnam do Sul no último verão... Não desejo julgar os atos dos indivíduos americanos que lutam no Vietnam. Quero apenas registrar o que eu testemunhei”. À medida em que eu lia o artigo, lembrava-me insistentemente de Tucídides e de sua descrição que evitava retórica moralizante e que levava os leitores a visualizar os acontecimentos. Impressionado pelo relato de Schell, e lembrando-me do tratamento portentoso e apaixonado que Tucídides dera dos sofrimentos da guerra, por exemplo em Micalessos (7.29-30), fui levado de volta a certas observações de Friederich Meinecke, escritas em 1928, que tinha lido outrora mas que jamais assimilara plenamente: “O historiador seleciona seu material... como algo dotado de valor maior ou menor e nisto ele o está avaliando. A apresentação e exposição de fatos culturalmente importantes é decididamente impossível sem uma sensibilidade ativa para com os valores que eles revelam. E mesmo que o historiador possa, formalmente, abster-se de emitir juízos de valor seus, eles ficam nas entrelinhas, e assim atuam sobre o leitor. O efeito, então, como em Ranke, por exemplo, é freqüentemente mais profundo e mobilizador do que se a avaliação aparecesse diretamente por expressão moralizante, sendo, pois, assim recomendável como um recurso. O juízo de valor implícito do historiador desperta a própria atividade avaliadora do leitor de modo mais intenso do que outro que fosse explícito”. Meinecke parecia, por vários modos, estar descrevendo o tipo de história que Tucídides compusera, e também apontando que a objetividade era uma meta impossível

para o historiador, todavia um meio legítimo pelo qual o leitor poderia ser ajudado a entender os acontecimentos narrados. Assim que eu me pus a testar este novo enfoque para entender Tucídides, não mais fiquei perturbado pelo sentimento de que houvesse algo de errado no emprego da objetividade como uma postura autoral antes do que como um princípio ou meta. Tornou-se agora possível restituir às passagens sua plena força emotiva e reconhecer o papel do sofrimento na obra. Podia ler Tucídides com uma compreensão e uma disponibilidade plena que até agora parecera impossível. (Connor, 1984, p. 15)

A memorização de Connor diz de um jogo entre epistemologia historiográfica e ideologia política travado em sua mente, pelo qual os dilemas conflitivos mais as tensões aflitivas de uma esfera mobilizadora, originariamente política, se (con)fundem, transferem e dissolvem pela outra esfera, epistemológica. Ao dizer das tensões e dilemas entre “isenção contra envolvimento”, “otimismo contra pessimismo” e “moralidade contra poder” a asserção transita, operada pela mediação da leitura, sua referência da pessoa de Connor para a de Tucídides, assim mesclando a vivência atual do sujeito cognitivo com a hermenêutica do objeto visado. O que Connor diz parece assim valer para o próprio Connor e sua percepção da Guerra do Vietnam, para a História tucídideana e seu conhecimento da Guerra do Peloponeso e mesmo, extrapolando, até para Tucídides e seus dilemas historiográficos.

O sentido por que a leitura opera parece transitar de uma instigação originária política para uma solução final epistemológica, de modo que as angústias e os dilemas iniciais terminam dissolvidos, e, pois, elididos, pela realização intelectual. Assim, pela transcrição dessa memória, a reflexão efetua um primeiro deslocamento do seu foco de interesse, passando do foco original, vietnamita, destacado por Schell – a “destruição do Vietnam”, “o que lá acontecia ao povo e à terra em decorrência da presença militar americana” – para o foco dos dilemas americanos, ressaltado por Connor. Mas este foco de contundência doméstica nacional é apenas lembrado, sendo em seguida logo esquecido, pois a reflexão concentra-se toda nas questões epistemológicas: o que acaba de fato contando é a similitude da postura de objetividade detectada entre o relato jornalístico e a narração historiográfica. Pela leitura de Connor, o repórter americano da Guerra do Vietnam ecoa o historiador ateniense da Guerra do Peloponeso: o registro dos acontecimentos presenciados pessoalmente, abstendo-se de todo ajuizamento moral. Os fatos, nada mais do que os fatos!

Ensejado por esse deslocamento da reflexão política para a historiografia tucidideana, Connor opera mais outro, agora definitivamente epistemológico: lembrança das observações teóricas de Meinecke sobre a escrita da História, de quarenta anos antes. A postura de objetividade do historiador respeita antes à retórica da autoria do que à teleologia historiográfica. Justo recurso de indução persuasiva dos fatos pelo leitor da obra, pois prima pela melhor inteligência de sua eficácia: porque o historiador desaparece da narração, declarando expor apenas o que foram os acontecimentos abstraindo-se de qualquer julgamento, perdemos a (cons)ciência de suas avaliações narrativas por atos de criteriosidade seletiva, e preferimos acreditar que visualizamos os fatos mesmos, pois assim nos orgulhamos de nossa perspicácia em deles inferir os juízos a serem tecidos.

A “objetividade”, por esta consciência crítica pós-moderna, perde, pois, estatuto epistemológico, mesmo porque ilusoriamente ingênuo, uma vez desvendada a essência retórica de sua arte: “objetividade, ou a recusa a julgamentos explícitos, é muito mais uma técnica do que um objetivo” (Connor, 1984, p. 17).

Resolvidos os impasses epistemológicos respeitantes à objetividade historiográfica, equacionam-se concomitantemente as aflições das emotividades políticas vivenciadas com a Guerra do Vietnam, pois estas agora estão enfocadas (e diluídas) na leitura da história tucidideana e, portanto, centradas na Guerra do Peloponeso. As paixões e afeições humanas incendiadas pelos fenômenos bélicos afloram à superfície do texto: “Tornou-se agora possível restituir às passagens sua plena força emotiva e reconhecer o papel do sofrimento na obra” (Connor, 1984, p. 17). A energia da leitura empresta vigor renovado ao texto.

Tal era justo o *télos* a que a renovação epistemológica americana do Tucídides pós-moderno planejadamente visara. Connor reforçou-a ainda mais lembrando outras de suas âncoras teóricas, agora apontando para os expoentes da crítica literária contemporânea, por Walt Whitman e Henry James, mais compêndios de síntese retrospectiva, especialmente o de Wolfgang Iser, de título altamente significativo (*The Implied Reader*)¹².

A hermenêutica da obra imbrica nela a atuação de seu(s) leitor(es), só assim plenificando a apreciação de sua teleologia comunicativa de proposições e valores. “O autor fabrica seus leitores” (Connor, 1984, p. 12), apostrofara Henry James. A melhor apreciação dos sentidos e mensagens comunicados pela obra supõe, e reclama, o envolvimento do leitor, a quem está reservado como que um papel de leitura, por cujas reações os valores afloram induzidos.

O autor assim o faz, por um lado, explorando os tradicionais recursos e procedimentos já ensinados há milênios pela arte da retórica antiga (seletividade informativa, conformações lingüísticas e de estilo narrativo, recursos de amplificação e destaque ou de minimização e diluição nuançadora) (Connor, 1984, p. 16 e 233).

Mas também, e sobretudo, o faz empregando as técnicas mais refinadas e sutis de construções de estruturação narrativa, espécie de avatar da anterior figura de objetividade, agora apreciada em sua consciência epistemológica pós-moderna, com que o autor, elidindo a detecção de sua presença, arquiteta os nexos direcionadores do envolvimento do leitor, conduzindo e provocando suas reações e respostas de leitura, de modo a levá-lo a extrair do texto seus sentidos e valores implícitos¹³.

Concepção dos modos e procedimentos de estruturação narrativa do texto de Tucídides que guarda estreita afinidade com a tese antes sustentada notadamente por Jacqueline de Romilly, sobretudo em *Histoire et Raison chez Thucydide*, de que os críticos americanos reconhecem seus débitos inspiradores. Paradoxalmente, todavia, o que para Jacqueline de Romilly era assim apreciado como constituindo *a arte da Ciência historiográfica* tucidideana, pelos jovens americanos vem rotulado antes como *a ciência de sua Arte literária*.

Especialmente por esta última estratégia de construção narrativa, o dito silêncio tucidideano, que a epistemologia positivista afirmava como indício e produto de sua exemplar “objetividade” historiográfica, era, antes do que a anulação de toda pessoalidade narrativa¹⁴, justo o *locus* retórico por excelência de inoculação de seus valores e proposições autorais, consoante primorosa inteligência persuasiva.

O silêncio conforma a voz de Tucídides! Desaparece, soçobra, porque obsoleto, o Tucídides moderno, de herança positivista “a la Ranke” e, em seu lugar, advém, aflora, o Tucídides pós-moderno, de criticismo literário “a la Henry James”.

Integrado, e intrometido, o leitor na obra, a hermenêutica se (con)funde, assimilando os móveis do autor com e pelos seus próprios. A concluir sua leitura de Tucídides, a vivência americana de Connor pelos tempos de Guerra Fria ressoa homologias com a, assim projetada, experiência ateniense de Tucídides pela época da Guerra do Peloponeso. A progressão das percepções do fenômeno bélico pela justa apreciação de sua realidade patética, mais a melhor depuração da concepção de sua conexa epistemologia historiográfica, de um e outro se correspondem. Tucídides principiara afeito aos vislumbres da razão pericleana na apreciação dos fatos, assim como Connor se iniciara imerso nas miragens da

razão positivista. O *páthos* da(s) guerra(s) vivido por um e outro, por cenários americanos e vietnamitas para um, atenienses e corcíreenses para o outro, suscitara a(s) crise(s). A superar tais angústias e aflições, o alcance de uma consciência, epistemológica e política, similar em ambos, com as inquietações inconformistas, mais as aspirações renovadoras, do jovem americano dolorosamente desiludido com os valores da bipolaridade, de simplicidade maniqueísta, da geração mais velha, tradicional, igualmente apuradas em Tucídides, também ele revisionista, senão mesmo subversivo.

Ora, foi desviando por outra via, também aberta pela hermenêutica de Jacqueline de Romilly e a seguir balisada por Lowell Edmunds, que seguiu a reflexão de Gregory Crane em *The Blinded Eye*, de 1996. A via trilhada pela História de Tucídides é, de novo, decididamente a da ciência: por discurso que opera uma percepção dos acontecimentos em termos “gerais e abstratos”, Tucídides “antecipa a análise científica, é um seu precursor” (Crane, 1996, p. xiii). Pela logística estrita com que a narração é estruturada sob a forma de “um discurso de viés axiomático universalizante”, a História de Tucídides aponta avanços de tipo matemáticos, assim aflorando o que seriam os modos futuros da geometria de Euclides e Arquimedes. Nascido no século V ateniense, Tucídides “inventou uma forma de História”; fosse em tempo posterior, vislumbra Crane, “poderia ter-se voltado para a Matemática” (1996, p. 23).

Datado de meados da década de 1990 na América, o curso seguido por *The Blinded Eye* navega ao largo da hermenêutica conterrânea do pós-modernismo tucidideano, vigorosa nas décadas anteriores. A única aproximação por que Crane lembra as afinidades “literárias” da arte de Tucídides é feita em tom de advertência, a antes desrecomendá-la: “Precisamos ser cautelosos e não tomar por certo as elaboradas técnicas narrativas e descritivas desenvolvidas posteriormente pelos romancistas europeus, e assumir que Tucídides pudesse escrever como um Gibbon ou mesmo um Plutarco, por um lado, ou um Dickens ou um Zola, por outro” (Crane, 1996, p. 7). Se o alvo da mensagem crítica de Crane não referencia declaradamente a hermenêutica americana do pós-modernismo, por suas alusões, entretanto, certamente a intriga.

Com a leitura de Crane retorna a cientificidade do Tucídides moderno, mesmo moderníssimo, pois atualizado agora pelas ambiências tecnológicas da era virtual, dos bancos de dados eletrônicos, da mídia interativa e seus renovados processos e meios de comunicação e publicação virtual de idéias e informações. Novas luzes ensejam renovar a hermenêutica tucidideana, esclarecendo, pelas experiências de fins do século XX, os si-

milares problemas e impasses com que se defrontara Tucídides, o qual vivera também uma transição de tecnologia das comunicações, em que o texto escrito suplantava a oralidade: “Os desafios atualmente emergentes permitem-nos, no mínimo, uma empatia mais concreta com os dilemas que Heródoto e Tucídides confrontaram, pois nós, como Heródoto e Tucídides, temos que decidir como mapear nossos propósitos intelectuais em um novo veículo. Este livro reflete assim não apenas a influência dos estudos publicados acerca da relação entre oralidade e escrita e acerca da passagem da escrita para a imprensa, mas as progressivas questões de como re-projetar o livro escrito para a mídia eletrônica” (Crane, 1996, p. xiii).

Pois, tal era o dilema que Tucídides especialmente percebera e empreendeu equacionar: projetar a exposição de suas reflexões e proposições por um texto escrito, destinado exclusivamente para a leitura individual de leitores dele afastados quer no espaço quer no tempo, e assim compondo uma fonte informativa autônoma e independente, isto é, um “documento escrito isolado”, que “se sustentasse por si mesmo”, “contivesse suas próprias evidências”, fosse “prontamente entendido e compreendido” sob o gênero de um tratado. (Prefácio e Introdução). “Tucídides, mais do que qualquer outro autor que o precedeu, era sensível para o fato de que seu texto era um artefato escrito” (Crane, 1996, p. 7).

Do enquadramento da obra por uma tal teleologia comunicativa, advém a implicação, e as implicâncias, de suas idiossincrasias ideológicas. Os tópicos, temas e questões que comporiam o livro deveriam prestar-se, ajustar-se, àqueles requisitos da leitura isolada, fossem bons para ser lidos, tivessem “utilidade” para seus leitores futuros. Assim, dadas as vicissitudes de sua contextualidade histórica, um foco de concentração, exclusivo e redutor: o mundo da pólis. Axiologia seletiva dupla, pois tanto afirma, porque contempla e consagra pela narrativa, as realidades do espaço público, quanto, justo ao contrário, nega, porque exclui e marginaliza, outras, especialmente da esfera doméstica (mulheres, família e parentesco) e do espaço religioso. A História tucidideana, por seu olho cego, comporta em negativo a face dos excluídos.

Os desvios ideológicos da “tendenciosidade política” que comprometem a “objetividade” da História tucidideana são, portanto, inerentes à axiologia de seu projeto historiográfico, antes do que falhas de seus princípios de teleologia “científica”. Pelo contrário, “Tucídides empenhou-se por apresentar uma visão objetiva dos acontecimentos: se a retórica da objetividade científica existisse no século V, ele certamente a teria explorado. No caso, ele ajudou a dispor as bases para uma tal retórica... e é, como o viram Jacqueline de Romilly e mesmo Cochrane, um predecessor do

pensamento científico” (Crane, 1996, p. xiii). Seu modelo de “objetividade” na narração dos acontecimentos é mesmo primordialmente textual, pois deriva dos documentos oficiais, que proliferavam em inscrições na Atenas do século V. Já por este horizonte documental do Estado ateniense delineia-se a axiologia factual politicamente redutora que Tucídides também consagra, selecionando, por relevantes, os mesmos tipos de fatos e realidades, questões e aspectos (finanças estatais, listas de magistrados, relatórios de obras públicas, contas de despesas, inventários de bens e valores, receitas de bens confiscados, listas de tributos...).

Que a axiologia seletiva da historiografia tucidideana compartilhasse a ótica também estatal de concepção de fato ou realidade histórica parece evidente. Já que os documentos oficiais do Estado ateniense fossem o modelo de objetividade por narração neutra dos acontecimentos, como o sustenta Crane, parece antes tautologia viciosa, porque assim se o auto-detecta por projeção, transposição, da epistemologia moderna para a documentação antiga.

Arte e/ou ciência configura assim um dos eixos por que a historiografia do século XX refletiu as problemáticas intrigadas pela história tucidideana. Outro eixo paralelo pode ser identificado na contraposição pendular entre política (realismo político) e ética (humanitarismo ético) por que a tradição do pensamento e teoria política têm similarmente apreciado a *Guerra dos Peloponésios e Atenienses*. Para o século XX, tal trajetória envolve desde:

- os ensaios elaborados sob as experiências do período das duas Grandes Guerras Mundiais (Albert Thibaudet, Karl Heinhardt, Louis E. Lord);

- o resgate tucidideano nos tempos da Guerra Fria (George C. Marshall, Louis J. Halle, George Kateb, Henry Kissinger, Peter J. Fliess, Leo Strauss);

- os estudos de teoria política feitos nos horizontes do realismo político clássico (Hans Morgenthau, Kenneth Waltz) e seus desdobramentos nos horizontes do neorealismo político (Robert Gilpin, Robert O. Keohane, Michael Doyle, Daniel Garst);

- até a crítica do (neo)realismo sob as influências éticas advinda com os tempos de ares “politicamente corretos”.

Mas todas estas leituras que acabamos de apontar respondem por apenas uma das faces do busto de Janus que a hermenêutica tucidideana configura: a face da leitura da obra que se constitui aos ensejos das questões suscitadas por seus supostos silêncios. Face, pois, que olha o porvir de memorização da obra ao longo dos séculos, a estender-se desde os tempos romanos até fins do recente milênio.

Já a outra face olha para trás, para o passado de Tucídides, especialmente apreciando as intrigas agonísticas a que sua obra responde, sobretudo por aquela altiva proclamação de um *ktema es aiei* como sua valiosidade própria. Face que tem então a ver não com as vozes vindouras que ecoam os silêncios de seu texto, mas antes com as vozes passadas, justo aquelas que são por ele, Tucídides, silenciadas.

NOTAS

1. Transferimos para Tucídides a fórmula “prolixidade do silêncio” originariamente presente na obra de Clément Rosset, *A Lógica do Pior*, Tradução de Fernando J. Fagundes Ribeiro e Ivana Bentes, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989. O presente texto constitui apenas uma versão parcial de um projeto de pesquisa mais ambicioso que almeja acompanhar algumas das obras essenciais que memorizaram milenarmente reflexões sobre a história de Tucídides.
2. Tucídides, homem do século V, vivera o tempo contemporâneo da tragédia grega, especialmente ateniense. Sua história reascende a essa visão de mundo trágica, particularmente “vazada pelos moldes das concepções esquilianas” (Hartog, 1982), da práxis humana. Por ela e suas categorias de inteligibilidade, já aliviadas de sua carga teológica de poderes sobrenaturais (Élpi-esperança, Týche-acaso, Eros-Paixão, Peitho-persuasão, Apáte-engano, e Hýbris-desmedida), Tucídides orientava, algo inconscientemente, a narrativa da história de Atenas na Guerra do Peloponeso: “no decurso sequencial dos episódios do Discurso Fúnebre de Péricles, da campanha de Pilos, do diálogo de Melos e da expedição à Sicília, resultara uma tragédia de Atenas, de que se vislumbravam os desvios híbrísticos de ambições imperiais desmedidas, infladas em sua avidez de ganhos por golpes inesperados de sorte próspera, logo, entretanto, revirada em infortúnio conseqüente à perda da lucidez racional, por que a cidade agora errava em suas decisões” (Murari Pires, 2000, p. 9).
3. Assim o admitiria o próprio Cornford, anos mais tarde, em 1921, ao referir-se a essa sua obra inaugural: “Empecemos con Tucídides. Tiempo atrás escribí un libro con el título provocador de *Thucydides Mythistoricus*. No pretendi poner en duda la aserción de Tucídides de ser quizás el más digno de confianza de entre todos los historiadores. Mi tesis no deslizó necesariamente duda alguna sobre ninguna constatación separada de un hecho objetivo” (Cornford, 1974, p. 28).
4. Na esteira da hermenêutica firmada por Cochrane para a leitura de Tucídides, que apreende a inteligibilidade de seu texto pela aplicação dos modelos epistemológicos da medicina hipocrática, Weidauer sustentou a tese de que é especialmente pela concepção da *physis* tucidideana assim modela-

- da, enquanto constituição imutável, de permanente constância, do ser humano, que se vislumbra a utilidade por que ele projetava a valia de sua obra historiográfica. Ao expor em sua narrativa as realidades factuais da Guerra do Peloponeso respeitantes às determinações da *physis* humana, a história de Tucídides disponibilizava aos estadistas futuros os vislumbres cognitivos dos princípios, ou mesmo leis, gerais que os capacitassem, por discernimentos previsivos, modelar, em propósitos e disposições aperfeiçoadas, as vicissitudes de sua própria realidade histórica, assim evitando os erros do passado, justamente diagnosticados pelo exame historiográfico tucidideano.
5. Os primeiros sustentavam a formulação global, coerente e homogênea, da obra, ao passo que os segundos nela acusavam antes uma conjunção estratificada de concepções heterogêneas, consoante as distintas fases e momentos por que evoluíra o pensamento tucidideano ao longo das três décadas da Guerra do Peloponeso.
 6. “Após tantos trabalhos tratando seja da própria história, enquanto vir a ser humano, seja do conhecimento que pode ser tomado e de seus limites, a análise dos procedimentos de fato empregados por um historiador como Tucídides pode ser representada, de alguma maneira, como um exemplo e uma aplicação... É precisamente no que Tucídides apresenta uma originalidade particular e pode constituir um exemplo privilegiado. Esta história reúne, do ponto de vista da objetividade, condições excepcionalmente favoráveis” (Romilly, 1956, p. 10-11).
 7. “A alegria com que Tucídides, em sua história, agrupa eventos “similares ou análogos” não foi jamais tão sensível como em nossos dias; e títulos como “La campagne avec Thucydide”, “Thukydides und wir”, “Thucydides and the world war”, “Les leçons de l’histoire”, etc... destacam-se com impacto. Sucesso quase grande demais, pois ele pode, por sua vez, contribuir para reforçar a tentação. Fica-se maravilhado com esta generalidade, valiosa para todos os tempos; e, louvando Tucídides por um resultado que ele não prometia, acreditou-se ler em sua obra tanto leis universais como regras para prever o futuro.” (1956B, p. 66).
 8. Primeiro em um ensaio de conscientização crítica em 1977 (A post-modernist Thucydides?, *The Classical Journal*, 1977, depois coroado pela Introdução do Tratado de 1984 (*Thucydides*, Princeton, 1984) em que expunha sua etiologia instigadora.
 9. Publicada como: Kissinger, Henry, *A World Restored: Metternich, Castlereagh, and the Problems of Peace, 1812-1822*. Boston: Houghton Mifflin, 1957, 1973.
 10. “Figurada no molde do historiador científico, positivista, um fragmento da historiografia tardia do século dezanove em geral e de Leopold von Ranke em particular” (Bicknell, p. 172).
 11. “(do nosso ponto de vista) por substituir a interpretação pelo fato, o que não seria um crime tão medonho (pois é um ao qual estamos propensos) se ele

- não fosse tão habilidoso em apresentar a interpretação com toda a convincente circunstancialidade do fato mesmo” (citada por Rawlings, 1981, p. 267).
12. Connor, 1984, nota 26 à p. 17 e nota 25 à página 15.
 13. “A composição tucidideana da obra é através de progressões, ou ganchos narrativos – séries de episódios ou discursos, cada um dos quais parecendo o outro. Situações similares se repetem; a narrativa é organizada e a linguagem escolhida para estabelecer as aproximações; nós somos levados a observar as similaridades e avaliar os efeitos de contrastes aparentemente menores e variações entre eles. O autor precisa dizer pouco ou nada de sua própria voz; o leitor está lá, testemunhando o desdobramento de eventos, escutando as análises feitas pelos oradores, participando como um poder contemporâneo” (Connor, 1984, p. 233).
 14. “a ausência de avaliação explícita não se confundirá com ausência de julgamento ou sentimento” (Connor, 1984, p. 16-17).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CONNOR, W. R. *Thucydides*. Princeton, Princeton University Press, 1984.
- CONNOR, Walter Robert. “A Post-Modernist Thucydides.” *Classical Journal* 72, 1977, p. 289-298.
- CORNFORD, Francis M., *La Filosofía no Escrita y otros ensayos*, traducción de Antonio Perez Ramos, Barcelona, Ariel, 1974.
- CRANE, Gregory. *The Blinded Eye: Thucydides and the New Written Word*. Boston, Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 1996.
- HARTOG, François, “Temps et histoire. ‘Comment écrire l’histoire de France?’”, *Annales HSS*, novembre-décembre 1995.
- HARTOG, François. “Time, History and the Writing of History: the Order of Time,” in *History-Making, The Intellectual and social Formation of a Discipline* ed., R. Torstendahl, I. Veit-Brause ed., Konferenser, 37, Stockholm, 1996, p. 95-113.
- HARTOG, François. L’œil de Thucydide et l’histoire “veritable”, in *Poétique* 49, 1982.
- MURARI PIRES, Francisco. *Mithistoria*, São Paulo, FFLCH-Humanitas, 1999.
- Rawlings III, Hunter R., *The Structure of Thucydides’ History*. Princeton, 1981.
- ROMILLY, Jacqueline de, “L’Utilité de l’Histoire selon Thucydide” in *Histoire et Historiens dans l’Antiquité*, Fondation Hardt 4, Vandoeuvres-Genève, 1956B, 41-81.
- ROMILLY, Jacqueline de, *Histoire et Raison chez Thucydide*, Paris, 1956.
- STAHL, Hans-Peter, *Thukydides: die Stellung des Menschen im geschichtlichen Prozess*, Munich, 1966.